

Em busca de culturas religiosas inclusivas: caminhos a percorrer

JOSÉ LISBOA MOREIRA DE OLIVEIRA¹

*"Que Deus existe, sim, devagarinho, depressa.
Ele existe – mas quase só por intermédio da
ação das pessoas: de bons e de maus."*

(Guimarães Rosa. Grande Sertão Veredas)

RESUMO

O mundo atual está marcado e dominado pelo fenômeno da globalização. Porém, o que se tem notado é que nesse processo de difusão cultural prevalecem quase sempre as culturas dominantes, aquelas que têm a força do poder e do dinheiro. Também as culturas religiosas são afetadas e desafiadas por esse fenômeno. Há muita religiosidade no mundo, mas nem sempre essa religiosidade contribui para a inclusão cultural e social. Por isso é preciso fazer uma análise criteriosa da evolução cultural e tentar compreender o conceito de cultura que prevalece no atual momento. Uma vez esclarecidas tais questões, é necessário analisar de que maneira as culturas religiosas contribuem ou não para a inclusão cultural e social. A nossa análise irá mostrar que é possível encontrar formas culturais religiosas que distanciam o ser humano de si mesmo e contribuem para que ele permaneça excluído. Porém, existem outras expressões religiosas que conseguem se identificar com os anseios e as lutas das mais diferentes culturas e, desse modo, se tornam verdadeiros dispositivos de inclusão social e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Religião. Religiosidade. Cultura religiosa. Inclusão cultural.

ABSTRACT

The current world is marked and dominated for the phenomenon of the globalization. However, what it has noticed is that in this process of cultural diffusion the dominant cultures almost always prevail, those that have the force of the power and the money. Also the religious cultures are affected and defied for this phenomenon. It has much religiosity in the world, but nor always this religiosity contributes for the cultural and social inclusion. Therefore she is necessary to make a discerning analysis of the cultural evolution and to try to understand the culture concept that prevails at the current moment. A time clarified such questions it is necessary to analyze how the religious cultures contribute or does not stop the cultural and social inclusion. Our analysis will go to show that it is possible to find cultural forms religious that place at a distance the human being of itself exactly and contribute so that it remains excluded. However, other religious expressions exist that obtain to identify with the yearnings and the fights of the most different cultures and, in this manner, if they become true devices of social and cultural inclusion.

KEYWORDS: Culture. Religion. Religiosity. Religious culture. Cultural inclusion.

¹ Gestor do Centro de Reflexão sobre Ética e Antropologia da Religião (CREAR) da Universidade Católica de Brasília, onde é também professor de Antropologia da Religião e de Ética. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília, graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália), mestre em Teologia pela Pontifícia Faculdade Teológica da Itália Meridional (Nápoles-Itália), doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Contato: jlisboa@ucb.br

INTRODUÇÃO

O mundo atual está marcado e dominado pelo fenômeno da globalização (BOFF, 2003). Essa favorece a difusão das culturas. Porém, o que se tem notado é que nesse processo de difusão cultural, prevalecem quase sempre as culturas dominantes, aquelas que têm a força do poder e do dinheiro. Assim sendo, as culturas mais fracas terminam sendo sufocadas pelo furacão atarrador das mais fortes que impõem o seu estilo e a sua vontade, obrigando as pessoas e as comunidades locais a deixarem de lado suas tradições e seus costumes. Isso porque “o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade” (SANTOS, 2001, p. 142). Por essa razão, é muito comum encontrarmos hoje pessoas que absorveram hábitos culturais estranhos e abandonaram aqueles próprios de sua cultura de origem. De fato, “o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa” (SANTOS, 2001, p. 143). Um simples passeio por um shopping center é suficiente para nos fazer perceber essa realidade.

Também as culturas religiosas são afetadas e desafiadas por esse fenômeno (MOREIRA, 2008). “O fenômeno emergente da nova civilização significa um desafio a todas as religiões, nomeadamente ao cristianismo” (BOFF, 2003, p. 61). Cerca de 80% da população mundial se revela adepta de algum tipo de religiosidade (O'BRIEN; PALMER, 2008). No Brasil, de acordo com o Censo realizado em 2000 pelo IBGE, 92,72% das pessoas se declaram participantes de alguma forma de religião (CAMURÇA, 2006). Porém, convém notar que o restante dos brasileiros (7,28%) não se declarou ateu, mas apenas disse que não tinha religião definida. Logo, pode ser que o número de pessoas religiosas no Brasil seja bem superior ao apontado pelo censo de 2000. Infelizmente até o fechamento deste artigo ainda não tínhamos os resultados oficiais do censo de 2011 sobre essa questão.

Há, pois, muita religiosidade no mundo, mas será que toda essa religiosidade contribui para a inclusão cultural e social? Como explicar, por exemplo, que num país como o Brasil, com sua população quase toda

religiosa, haja tanta exclusão e tantas injustiças? (THIEL; ANDRADE, 2009). Por que há tanta gente em situação de miséria, se há tanta religiosidade espalhada pelo país? As religiões hoje, como no passado, não estariam gerando “estranhamento”, ou seja, a “desposseção de si”, a alienação? Não estariam elas forçando as pessoas a colocar a própria essência na divindade, de modo a permanecerem alheias a si mesmas? (COLLIN, 2008). Não estariam elas contribuindo para a exclusão? Se,

“**As culturas mais fracas terminam sendo sufocadas pelo furacão atarrador das mais fortes que impõem o seu estilo e a sua vontade, obrigando as pessoas e as comunidades locais a deixarem de lado suas tradições e seus costumes.**”

”

no dizer de Guimarães Rosa, Deus existe por meio das pessoas, por que será que essas pessoas não “fazem Deus existir”?

Para responder a tais perguntas é indispensável, antes de tudo, fazer uma análise criteriosa da evolução cultural e tentar compreender o conceito de cultura que prevalece no atual momento. A partir disso, verificar se o que se entende hoje por cultura realmente é o que deveria ser e perceber se o que está aí é de fato algo inclusivo. Uma vez esclarecidas tais questões, é preciso analisar de que maneira as culturas religiosas contribuem ou não para a inclusão cultural e social. A nossa análise irá mostrar que tudo depende da forma como a cultura religiosa interage com as culturas locais. Assim sendo, é possível encontrar formas culturais religiosas que distanciam o ser humano de si mesmo e contribuem para que ele permaneça excluído. Porém, existem outras expressões culturais que conseguem se identificar com os anseios e as lutas das mais diferentes culturas e, desse modo, se tornam verdadeiros

dispositivos de inclusão social e cultural.

Diante disso, somos convidados a olhar para o próprio patrimônio cultural das mais diferentes formas de religião e de religiosidade. Nele vamos perceber a existência de uma herança positiva muito forte que pode ser caminho para a realização de um processo de inclusão bastante significativo, do qual o mundo atual tanto necessita.

A CULTURA DEVERIA SER INCLUSIVA

A palavra “cultura” é de origem latina. Deriva do verbo *colere* (cultivar ou instruir) e do substantivo *cultus* (cultivo, instrução). Etimologicamente tem muito a ver com o ambiente agrário, com o costume de revolver a terra para que ela possa produzir e dar frutos. Esse significado etimológico nos permite ver a cultura de forma muito mais ampla. Porém, no senso comum, se costuma usar a palavra cultura para designar o desenvolvimento da pessoa humana por meio da instrução. Disso vêm os termos *culto* e *inculto*, os quais são usados no jargão popular, com uma carga de preconceito e de discriminação, para designar a cultura letrada e vê-la como superior às demais.

Porém, não existem grupos humanos sem cultura e não existe um só indivíduo que não seja portador e produtor de cultura. Assim sendo, o primeiro trabalho deveria ser revisar por completo a nossa concepção de cultura, deixando de associá-la pura e simplesmente à cultura letrada, acolhendo o valor e a beleza de uma cultura que vem “de baixo”, a cultura popular. Tal processo de revisão é fundamental para o que estamos tratando, pois sem isso corremos o risco de também associar o cultural ao global, deixando de lado o cotidiano daqueles que são pobres, daqueles que formam as minorias, daqueles que são excluídos. De fato, essa cultura que vem de baixo, segundo Santos:

Realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isso seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força, já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza

das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas. E tudo isso evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento. (SANTOS, 2001, p. 145).

Além disso, a cultura, englobando vários aspectos da vida dos grupos humanos, não possui ainda uma definição precisa. Não existe consenso entre os antropólogos acerca do que seja cultura. Afirma-se que existem mais de 160 definições de cultura (MARCONI; PRESOTTO, 2006). Tylor foi o primeiro a formular um conceito de cultura. Para ele essa “é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (apud MARCONI; PRESOTTO, 2006, p. 22). Poderíamos então afirmar que cultura é a forma ou o jeito comum de viver a vida cotidiana na sua totalidade por parte de um grupo humano. Inclui comportamentos, conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos, aptidões, tanto adquiridos como herdados.

“**A essência da cultura está basicamente em três elementos: as ideias, as abstrações e os comportamentos. As ideias são concepções mentais das coisas concretas ou abstratas. As abstrações são a capacidade de contemplar as ideias e traduzi-las em sinais e símbolos. Os comportamentos são os modos de agir dos grupos humanos, a partir das ideias e das abstrações.**”

Por meio dos seus vários elementos, a cultura deveria ser inclusiva. De fato, ela é formada pelo mundo das ideias, das crenças, dos valores, das normas, das atitudes ou comportamentos, da abstração do comportamento, das instituições, técnicas e artefatos. A *essência* da cultura está basicamente em *três elementos*: as ideias, as abstrações e os comportamentos. As ideias são concepções mentais das coisas concretas ou abstratas. As abstrações são a capacidade de contemplar as ideias e traduzi-las em

“ De fato, as culturas são formadas de seres humanos que adotam uma forma de viver e se tornam produtores e portadores dessas culturas. Assim sendo, os processos culturais e as culturas deles resultantes deveriam ser sempre inclusivos. ”

sinais e símbolos. Os comportamentos são os modos de agir dos grupos humanos, a partir das ideias e das abstrações. Portanto, é possível concluir que a cultura “consiste em uma série de coisas reais que podem ser observáveis, ser examinadas num contexto extra-somático”.¹

A cultura marca as crenças, os comportamentos e os modos de vida das pessoas. Porém, embora haja certo controle sobre os comportamentos, nenhum ser humano se deixa condicionar totalmente pelas imposições de sua cultura. A relação, na maioria das vezes, é dialética, tensa, mas produz o dinamismo dos processos culturais. De fato, as culturas são formadas de seres humanos que adotam uma forma de viver e se tornam produtores e portadores dessas culturas. Assim sendo, os processos culturais e as culturas deles resultantes deveriam ser sempre inclusivos.

1 MARCONI; PRESOTTO, 2006, p. 27-31.

Sabemos que o ser humano só se humaniza se interagir com os demais e com o meio onde ele vive. E a elaboração da cultura supõe uma interação entre o indivíduo, a sociedade e o ambiente onde ele vive. Assim sendo, o processo de *enculturação*, de educação e de socialização contribui para a inclusão das pessoas, uma vez que a enculturação não é a aceitação compulsória e passiva do comportamento ditado pela sociedade. Os indivíduos, os grupos, as comunidades se ajustam à cultura de modos variados e diferentes, segundo seus interesses e situações concretas. A configuração dos padrões culturais depende muito dessas relações. E como a sociedade e os seus indivíduos não podem viver sem cultura, e essa não existe sem os indivíduos e os grupos que a plasmam, deduz-se que todo esse processo cultural é, por natureza, inclusivo no sentido de não deixar ninguém de fora.

Porém, nem sempre isso acontece de forma pacífica. Infelizmente, como se constata atualmente, a cultura globalizada padroniza as pessoas, regulando os seus comportamentos, tentando criar uma personalidade coletiva. Ela cria “formas mistas sincréticas, dentre as quais, oferecida como espetáculo, uma cultura popular domesticada associando um fundo genuíno a formas exóticas que incluem novas técnicas” (SANTOS, 2001, p. 144). E nesse processo de culturalismo exclusivo podem acontecer exclusões, inclusive aquelas ligadas ao biologismo e a certos determinismos. Posições deterministas e a construção de estereótipos podem levar à exclusão dos que são diferentes, dos que não se “encaixam” nos padrões definidos pelos que fazem esse tipo de cultura de massa.

Por isso é indispensável que a cultura seja vista como “construção do outro”. A *aculturação*, enquanto processo de interações ou contatos entre grupos e culturas diferentes (MARCONI; PRESOTTO, 2006) não pode ser feita a partir da predominância da cultura dominante, fazendo com que as culturas menores e mais simples não sejam respeitadas em suas especificidades e identidades. Infelizmente a história nos mostra como culturas pequenas foram esmagadas e dizimadas por culturas mais potentes. No Brasil, temos um exemplo muito claro disso. Segundo alguns antropólogos², em 1900, havia 230 grupos tribais no Brasil. Em 1957,

2 MARCONI; PRESOTTO, op cit. , p. 213-243

eles estavam reduzidos a 143 e, em 1977, só restavam 116 grupos. Isso mostra que o processo aculturativo no Brasil resultou na subordinação e na dizimação de muitas tribos e de milhões de indígenas. E tudo isso foi feito sob o pretexto de que eles pertenciam a uma cultura inferior que não precisava ser respeitada.

Para que a aculturação seja inclusiva, é indispensável que ela se dê por *assimilação natural*, de forma tranquila e pacífica. É preciso que culturas que vivem num território comum, mesmo que vindas de lugares diferentes, realizem o que os antropólogos chamam de “solidariedade cultural”. Pela interação

“**O que se vê com frequência é o processo de dominação: a cultura mais forte impõe o seu estilo e obriga as demais a abandonar seus usos, costumes e tradições. Às vezes o processo de dominação chega mesmo a eliminar por completo as culturas diferentes.**”

entre elas, poderá haver até mesmo a fusão das culturas, resultando numa nova cultura ou em novas culturas. Porém, por ser pacífico, o processo de assimilação não extingue as culturas que se relacionam.

Isso nem sempre acontece hoje na transculturação, ou seja, na troca de elementos culturais entre sociedades completamente diferentes e até mesmo distantes. O que se vê com frequência é o processo de *dominação*: a cultura mais forte impõe o seu estilo e obriga as demais a abandonar seus usos, costumes e tradições. Às vezes o processo de dominação chega mesmo a eliminar por completo as culturas diferentes.

A dominação pode acontecer de forma violenta e sangrenta, como foi o caso da colonização europeia na América, África e Ásia. Mas existe também um tipo de dominação cultural que se dá através da propaganda ideológica, levando as pessoas, mesmo que de forma inconsciente, a abandonar os seus hábitos culturais e a adotar outros costumes. Trata-se, como diz muito bem Santos (2001), da “tirania da informação”, uma vez que o que é transmitido aos seres humanos do planeta é uma informação manipulada. De acordo com Santos um determinado fato ou acontecimento nunca chega às pessoas na sua originalidade. Pelo contrário, ele “já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos” (SANTOS, 2001, p. 40).

Esse tipo de dominação cultural está muito presente na atualidade, induzindo as pessoas a considerarem a própria cultura como inferior e forçando-as a assimilarem formas de viver completamente estranhas à sua. Gera-se desse modo uma “perversidade sistêmica”, uma vez que, pela distorção da verdade, justificam-se todas as formas de injustiças, desigualdades e exclusões (SANTOS, 2001, p. 58-61).

PARA INCLUIR É PRECISO RELATIVIZAR

Por esse motivo, o *relativismo cultural* é muito importante. Ele consiste na capacidade de compreender cada cultura dentro do seu contexto e da sua realidade, segundo os seus padrões, os seus moldes e processos (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p. 31-32). Isso faz com que uma pessoa de determinada cultura não veja os diferentes como algo exótico, estranho e insignificante. O relativismo cultural não considera uma cultura superior às demais. Isso permite que alguém se aproxime do diferente desprovido de preconceitos e com mais possibilidades de realizar uma interação séria e tranquila. Além do mais, hoje, razões humanitárias nos dizem que cada grupo humano tem o direito à autonomia e a desenvolver a sua cultura de acordo com os próprios princípios e tradições, sem sofrer interferências e pressões externas. Cada povo ou cultura tem direito de pensar e agir de forma autônoma e diferente dos demais. E seria uma grande injustiça

e falta de respeito tentar interferir para mudar tais padrões.

Para que a cultura não se torne excludente é preciso evitar toda forma de *etnocentrismo*, o qual consiste em considerar ou afirmar que existem culturas superiores e culturas inferiores. “O etnocentrismo pode ser manifestado no comportamento agressivo ou em atitudes de superioridade e até hostilidade. A discriminação, o proselitismo, a violência, a agressividade verbal são outras formas de expressar o etnocentrismo” (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p. 32). Não existem culturas superiores ou inferiores.

“ Cada povo ou cultura tem direito de pensar e agir de forma autônoma e diferente dos demais. E seria uma grande injustiça e falta de respeito tentar interferir para mudar tais padrões. ”

Cada uma delas deve ser vista dentro daquilo que os antropólogos chamam de *interioridade cultural*. Por esse motivo, jamais se pode afirmar que existem culturas selvagens, bárbaras ou atrasadas. Mesmo as mais antigas e as extintas não podem ser rotuladas nesses termos. Toda atitude etnocêntrica precisa ser condenada e rejeitada porque fere o princípio da igual dignidade de todos os seres humanos e de todos os povos. Gera exclusão.

A compreensão e a solidariedade são características dos seres humanos, mas nem sempre isso acontece de forma natural. Por essa razão, as diferenças e diversidades costumam ser tomadas como pretexto para a geração de conflitos. Neste conflito, o diferente é tratado como adversário, como bárbaro, como selvagem. Assim sendo, costuma-se aplicar ao diferente o que é proibido fazer com os que

são do mesmo grupo cultural, desde o linchamento até a tortura, a morte, a escravização e o genocídio. Muitas vezes o etnocentrismo costuma ser disfarçado por atitudes que são até louvadas, como é o caso, por exemplo, do patriotismo (LABURTHE-TOLRA & WARNIER, 2003, p. 30-31).

Infelizmente o etnocentrismo não foi superado. Ainda hoje, quando opinamos sobre determinadas questões (identidade cultural, família, relações sociais, sexo, crenças religiosas, estado, democracia, etc.), ele continua presente com toda a sua carga ideológica. Por isso, o trabalho de “descolonizar” certas práticas e opiniões ainda precisa continuar. Às vezes nos espantamos com o que sabemos do passado, mas, olhando nossas práticas atuais, vamos perceber com toda a clareza uma carga enorme de etnocentrismo.

Hoje se tenta disfarçar com o etnocentrismo a crise do sistema neoliberal, predominante em todo o mundo. É o que acontece, por exemplo, com a cultura islâmica, apresentada pelos Estados Unidos e seus aliados como sendo expressão de atraso e de violência. Enquanto isso, os massacres e as destruições provocadas por esses países em várias partes do mundo são tidas como ações de países civilizados e democratas. As mortes de tantas pessoas e a miséria deixada após as investidas sangrentas por eles praticadas são vistas apenas como “efeitos colaterais”, um “mal necessário” para manter a democracia no mundo! (BOFF, 2003, p. 41-49).

O grande desafio está no fato de que as culturas dominantes nem sempre concordam com as conclusões dos estudos e das pesquisas dos antropólogos. Por isso, muitas tensões sociais permanecem e até tendem a se agravar. Não se quer escutar uma verdade que incomoda.

A ação do antropólogo é de relevância, mas a perspectiva histórica tem demonstrado que sua tarefa lhe tem sido decepcionante, em face das pressões da cultura dominante, que nem sempre concorda com as posições teóricas e os métodos humanísticos por ele adotados, ao desempenhar o papel de conciliador entre o mundo dominante e o mundo dominado. (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p.19).

Mesmo assim, vale a pena insistir sobre a importância do antropólogo no mundo de hoje. Com

a sua função de produzir interpretações das diferenças e de captar, com reverência e profunda compreensão, o essencial de cada cultura diferente, ele contribui para alargar visões e romper esquemas ideológicos que tendem a desvalorizar aqueles que não são e não pensam como nós (DAMATTA, 1987). A Antropologia, mesmo no atual contexto, tem essa função de ser ponte e mediação entre dois mundos. Cabe-lhe a tarefa de ajudar-nos a ver o diferente não como algo exótico, distante e marginal, mas como uma realidade familiar. Embora não deixe também de ter a função de manter o caráter “exótico” de cada cultura, ou seja, de insistir sobre o direito que cada cultura tem de permanecer diferente, com suas características próprias, sem que lhe seja imposta uma aculturação forçada.

CULTURA RELIGIOSA INCLUSIVA

Considerando o que acabou de ser dito e analisando a cultura religiosa com um olhar científico, podemos fazer um alerta: só é verdadeira aquela experiência religiosa que é capaz de “dar crédito ao homem” (BÁZAN, 2002, p. 257). E dar crédito à pessoa humana significa defender de maneira intransigente e determinada a dignidade deste ser humano e todos os seus inalienáveis direitos diante de qualquer autoridade, regime, lei ou sistema opressivo que pretenda negá-los. Uma religião que se negasse a realizar essa tarefa, que se negasse a promover e defender esses direitos básicos de todo e qualquer ser humano, estaria traindo a sua própria essência (BÁZAN, 2002).

E o brasileiro é, talvez mais do que qualquer outro, portador de um grande potencial que lhe dá condições de realizar essa tarefa. De fato, como nos lembra DaMatta (1984), somos um aglomerado de culturas com uma riqueza de “caminhos para Deus”. E nessa variedade de caminhos, a religião dos brasileiros existe “para dar a todos e a cada um de nós um sentimento de comunhão com o universo como um todo” (DAMATTA, 1984, p.111). Ora, com esse sentimento presente em sua alma, o brasileiro pode contribuir para que no mundo inteiro a religião seja “um modo de permitir uma relação globalizada não só com os deuses, mas também com todos os homens e com os seres vivos que formam o nosso mundo” (DAMATTA, 1984, p. 111). Teríamos assim a contribuição dos brasileiros para

“**A religião precisa questionar seriamente todas as formas de cultura e de processos culturais que levam à infantilização das pessoas, tirando-lhes a capacidade de pensar e de enxergar a realidade com os olhos da verdade e da honestidade.**”

que as mais diferentes formas de religiosidade e de religião se tornem, de fato, capazes de *dar crédito* ao ser humano e à humanidade.

Nesse sentido, a religião ocupa um papel decisivo. Sendo fenômenos comuns a todos os povos e todas as culturas, a experiência religiosa, a religiosidade e a religião podem oferecer caminhos e alternativas para que a humanidade possa progredir na direção da convivência pacífica e de um desenvolvimento sustentável, capaz de incluir todos os seres humanos. À religião cabe a função de mostrar para a humanidade o potencial de que dispomos para a construção de um modelo de civilização que não seja excludente e injusto. Mas é também tarefa da religião posicionar-se criticamente diante de determinadas atitudes de pessoas e de grupos que se mantêm alheias às injustiças e aos sofrimentos das pessoas e das nações. A religião precisa questionar seriamente todas as formas de cultura e de processos culturais que levam à infantilização das pessoas, tirando-lhes a capacidade de pensar e de enxergar a realidade com os olhos da verdade e da honestidade.

A partir dessa afirmação, podemos dizer também que todas as pessoas que têm acesso ao saber e às diversas formas de conhecimento precisam adotar uma postura crítica diante da religião. De fato, conhecer ou saber é a capacidade que tem o ser

humano “de refletir sobre si mesmo, de ter ideias, de julgar, de raciocinar” (RAMPAZZO, 1996, p.35). Assim sendo, o conhecimento e o saber proporcionam às pessoas consciência e memória. Pela consciência, elas percebem as coisas e as realidades assim como são. Pela memória, o ser humano tem a possibilidade de trazer para essa consciência informações que pertencem ao passado, mas que são muito importantes para entender o presente.

Pela consciência e pela memória, as pessoas deixarão de viver de ilusões e de fantasias. Não serão apenas “reprodutoras e consumidoras” de hábitos e de costumes, na maioria das vezes, impostos por

“ A cultura religiosa é inclusiva quando ajuda a construir identidades, estimulando as pessoas a descobrirem o senso de pertença, colaborando para que os indivíduos não se fechem em si mesmos, mas saibam interagir com os demais, colocando-se diante dos outros com respeito e com sinceridade. ”

quem tem mais força, mas saberão criar, inventar outros modos diferentes e melhores que possibilitem à humanidade uma vida mais digna e mais saudável. Ao agir assim, o ser humano *faz ciência*, ou seja, define seus conhecimentos, organiza-os, confronta-os com outros conhecimentos e, a partir disso, elabora novos saberes que ajudarão as pessoas e as culturas a se compreenderem melhor e a compreenderem a complexidade do mundo.

Desse modo, é possível concluir que toda pessoa, particularmente aquela que chega à universidade, pode

tornar-se também um crítico da religião, sabendo olhar as experiências religiosas e as formas de religiosidade na perspectiva que acabamos de propor. E ao se interessar de modo científico pela religião, ela poderá contribuir para que as experiências religiosas não sejam instrumentalizadas por pessoas e grupos que, defendendo seus interesses, querem impor aos demais um estilo de vida sem justiça e sem dignidade (COLLIN, 2008).

TRAÇOS DE UMA CULTURA RELIGIOSA INCLUSIVA

Diante do que foi exposto até agora, podemos traçar, mesmo que de forma muito breve, o perfil de uma cultura religiosa que, de fato, seja inclusiva. Pode-se afirmar que uma cultura religiosa é verdadeiramente inclusiva quando ela interfere positivamente nos processos de construção da paz, da justiça e da solidariedade, agindo pela “lógica da inclusão ilimitada” (BOFF, 2003, p. 100-103). Tal lógica se traduz em ações de solidariedade e de luta para que todos os seres humanos possam participar do destino comum de justiça, paz e vida.

A cultura religiosa é inclusiva quando, com seus signos, mitos, ritos, símbolos, ajuda a definir campos de significações e a criar identidades. Torna-se inclusiva na medida em que, enquanto cultura, isto é, enquanto lugar específico da manifestação do humano, das identidades, das diferenças, das opções de vida, contribui para que os grupos humanos construam a sua identidade cultural. Quando ela, de certo modo, é capaz de “moldar” as identidades dos grupos sociais, apresentando-se como suporte essencial para a construção da vida, das diferenças, da dignidade, da cidadania (REIMER, 2004).

A cultura religiosa é inclusiva quando ajuda a construir identidades, estimulando as pessoas a descobrirem o senso de pertença, colaborando para que os indivíduos não se fechem em si mesmos, mas saibam interagir com os demais, colocando-se diante dos outros com respeito e com sinceridade. Por isso, estudar o fenômeno religioso e as religiões, especialmente num país como o Brasil, é contribuir eficazmente para que as pessoas, a partir de sua

experiência religiosa, sejam capazes de construir um “eu coletivo”, ou seja, uma identidade comum onde o reconhecimento da alteridade, dos direitos e deveres, favoreça o bem e a felicidade de todas as pessoas.

Portanto, é correto afirmar que as religiões podem contribuir eficazmente para a inclusão, levando seus adeptos a participar de um processo dinâmico, de um mundo simbólico, de crenças, de ideias, em são construídos referenciais para a elaboração deste “eu coletivo”. Desse modo, a cultura religiosa passa a ser uma oportunidade para aprofundar vários aspectos

“ O preconceito é uma postura ou uma concepção pelas quais algumas pessoas se consideram superiores e melhores do que as demais, de modo particular em relação a certos povos e culturas. Podemos afirmar que a discriminação e o preconceito não são coisas raras na nossa sociedade. Às vezes se encontram introjetadas nas próprias pessoas discriminadas.

”

da vida da sociedade. Ela se transforma num espaço social e político bastante significativo, uma vez que o modo de se relacionar com o Transcendente termina determinando também a conduta social e política das pessoas. “A religião permaneceria, portanto, como *inspiração cultural*, talvez a maior fonte de valores e quadros de referência que entram na construção das identidades e da percepção das unidades no campo da interação global” (MOREIRA, 2008, p. 26).

Sabemos que a nossa sociedade ainda é fortemente marcada por discriminações e preconceitos. A discriminação é a desvalorização da identidade da outra pessoa e a pretensão de excluí-la do convívio social, exigindo que ela viva de forma desenraizada, negando a sua identidade pessoal e social. O preconceito é uma postura ou uma concepção pelas quais algumas pessoas se consideram superiores e melhores do que as demais, de modo particular em relação a certos povos e culturas. Podemos afirmar que a discriminação e o preconceito não são coisas raras na nossa sociedade. Às vezes se encontram introjetadas nas próprias pessoas discriminadas. De fato a discriminação e o preconceito se alimentam de crenças presentes no imaginário coletivo e que, por sua vez, geram classificações, comportamentos discriminatórios, julgamentos de valores e exclusão (OLIVEIRA, 2004).

Tais atitudes são construídas culturalmente sem nenhuma base objetiva, sem fundamentação científica, mas baseadas apenas em mitos desenvolvidos pela socialização das ideias e das concepções. A cultura religiosa se torna inclusiva quando coloca diante das pessoas a questão da origem e do sentido último da existência humana. Ela passa a ser inclusiva quando, consciente da sua função de “salvação”, por meio de palavras, conceitos, doutrinas, símbolos, ritos, rituais, festas, contribui para a superação das discriminações e dos preconceitos.

Mas para que isso aconteça, as culturas religiosas precisam tomar consciência de que são portadoras de um grande potencial e podem contribuir para o entrelaçamento de relações igualitárias, garantindo, às pessoas excluídas, o direito à manifestação e à igualdade de oportunidades. As culturas religiosas, a partir do patrimônio histórico e cultural delas próprias, podem estabelecer alguns elementos que garantam o direito à alteridade, à diferença, à dignidade, ao reconhecimento do valor da outra pessoa, enquanto princípios de um “outro mundo possível”. Elas podem, acima de tudo, e como insiste Boff (2003), recriar o horizonte utópico da igualdade e da fraternidade, levando a humanidade a tomar cada vez mais consciência de que formamos uma única e imensa comunidade de irmãos e de irmãs, com um único e mesmo destino. Tal consciência é muito importante,

uma vez que todas as iniciativas e todas as novidades se originam dela. Não há como mudar nada, criar algo ou recriar alguma coisa, se primeiro isso não passa pela consciência das pessoas.

Nas culturas religiosas, descobrimos elementos que estimulam o acolhimento do diferente, a troca de saberes, a troca de experiências e eliminam toda forma de barreira, de intolerância, não permitindo que se veja no diferente um inimigo a ser combatido. Assim sendo, somos hoje convidados a ajudar as culturas religiosas a voltarem a seus primórdios, superando toda forma de batalha acirrada para demarcar fronteiras, conquistar espaços e adeptos e manter a hegemonia sobre as demais.

Por esse motivo, o estudo das culturas religiosas, com uma visão crítica, acadêmica, e científica, pode contribuir para que se caminhe cada vez mais para o encontro de culturas. As pessoas religiosas, com seus saberes diferentes, com seus hábitos culturais diferentes, com suas experiências diferentes, descobrem o sentido último de suas existências no encontro de horizontes, permitindo assim o acolhimento mútuo e a erradicação de todo preconceito e de toda discriminação.

CONCLUSÃO: NÃO HÁ INCLUSÃO SEM A PARTICIPAÇÃO DAS CULTURAS RELIGIOSAS

Hoje o sonho da inclusão está por toda parte. Todas as pessoas aspiram por ela, mesmo que, às vezes, sejam a favor e até promovam a exclusão. Como foi dito logo no início desse texto, 80% da população do nosso planeta professa algum tipo de religião. Logo, não é possível falar de inclusão cultural e social sem pensar também nas culturas religiosas. Porém, como ficou evidente nesse texto, a cultura religiosa por si só não é inclusiva. Ela pode até ser excludente. Por isso, é indispensável revisitar as tradições e as afirmações básicas das diversas religiões para descobrir aí um grande potencial em favor da paz e da inclusão.

Nesse sentido, a tarefa que nos resta é estimular as culturas religiosas a se voltarem para o seu próprio patrimônio, encontrando nele elementos que ajudem a romper com todas as formas de guerra e de exclusão. Existe um consenso interreligioso acerca da potencialidade positiva e qualitativa de

todas as religiões para a paz e para a inclusão. Por isso mesmo não haverá paz e cultura inclusiva no mundo sem paz religiosa (KÜNG, 1999, p.280). Para que isso aconteça, todas as culturas religiosas precisam retornar de forma crítica às suas tradições não só para descobrir suas potencialidades, mas também para rever com humildade e transparência os momentos em que estiveram apoiando e sustentando políticas excludentes. Esse gesto fará com que se estabeleça um processo comum onde a experiência religiosa, a vivência da fé, a espiritualidade entendida como cultivo da relação com o divino se tornem dispositivo de inclusão cultural.

REFERÊNCIAS

- BÁZAN, Francisco García. **Aspectos incomuns do sagrado**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Civilização planetária: desafios à sociedade e ao cristianismo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil: continuidade e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 35-48.
- COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- KÜNG, Hans. **Uma ética global para a política e a economia mundiais**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia-antropologia**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MOREIRA, Alberto da Silva. O futuro da religião no mundo globalizado: painel de um debate. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de. **O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural**. São Paulo: Paulinas, 2008. p.17-35.
- O'BRIEN, Joanne; PALMER, Martin. **O atlas das religiões: o mapeamento completo de todas as crenças**. São Paulo: Publifolha, 2008.

OLIVEIRA, Irene Dias de. Religião e alteridade: diferença, preconceito e discriminação. In: LAGO, Lorenzo; REIMER, Haroldo; SILVA, Volmor da (Orgs.). **O sagrado e as construções de mundo**: roteiro para as aulas de introdução à teologia na Universidade. Goiânia – Taguatinga: UCG – Universa, 2004. p. 157-165.

RAMPAZZO, Lino. **Antropologia, religiões e valores cristãos**. São Paulo: Loyola, 1996.

REIMER, Ivoni Richter. Paz: vocação e compromisso das religiões. In: LAGO, Lorenzo; REIMER, Haroldo; SILVA, Volmor da (Orgs.). **O sagrado e as construções de mundo**: roteiro para as aulas de introdução à teologia na universidade. Goiânia: Ed. da UCG; Brasília: Universa, 2004. p. 79-96.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THIEL, Renato; ANDRADE, William César de. Um país de contrastes sociais, desigualdades e injustiças versus empoderamento do movimento social popular. In: OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de; SÍVERES, Luiz. **Ensaio sobre justiça social**: refazendo o caminho da vida e da paz. Brasília: Universa, 2009. p. 105-124.